



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DE DEFESA NACIONAL AO PROJETO DE LEI Nº 3.338, DE 2015 E AO
PROJETO DE LEI 239, DE 2024(APENSADO)**

Altera a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, para dispor sobre a assistência consular e as hipóteses para o traslado de restos mortais de brasileiro hipossuficiente falecido no exterior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei objetiva delimitar as principais medidas de assistência consular a brasileiros no exterior e disciplinar as hipóteses para assistência ao traslado de restos mortais de brasileiro hipossuficiente falecido no exterior.

Art. 2º A Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 77-A:

“Art. 77-A. A assistência consular compreende:

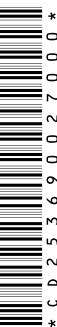
I - o acompanhamento de casos de acidentes, hospitalização, falecimento e prisão no exterior;

II - a localização e a repatriação de nacionais brasileiros; e

III - o apoio em casos de conflitos armados e catástrofes naturais.

§ 1º A assistência consular observará as disposições do direito internacional e das leis locais do país em que a representação do País no exterior estiver sediada.

§ 2º A assistência consular não compreende o custeio de despesas com sepultamento e traslado de corpos de nacionais que tenham falecido no exterior, nem despesas com hospitalização, excetuados os itens médicos e o atendimento emergencial em situações de caráter humanitário, bem como a hipótese prevista no § 3º do *caput*.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

§ 3º A União poderá custear, total ou parcialmente, as despesas de traslado para o território brasileiro de corpo ou restos mortais de brasileiro falecido no exterior, mediante decisão fundamentada da autoridade competente do Ministério das Relações Exteriores, verificada as seguintes condições:

I – comprovação da efetiva hipossuficiência dos familiares do falecido para arcar com os custos do traslado, nos termos de regulamento;

II – inexistência de apólice de seguro de viagem, de vida, de assistência funerária ou de qualquer outra modalidade que cubra as despesas de traslado;

III – inexistência de responsabilidade financeira pelo traslado por parte de empregador, nos casos de deslocamento a serviço;

IV – inexistência de impeditivo de ordem sanitária; e

V – condição de visitante ou de residente temporário do *de cujus* no local do óbito.

§ 4º Ao avaliar a concessão do auxílio previsto no § 3º do *caput*, a autoridade competente poderá, ouvida a família e com sua anuência, priorizar a opção pela cremação no exterior e o traslado das cinzas para o território brasileiro, por razões de ordem sanitária, logística ou de economicidade.

§ 5º Os critérios e procedimentos para a concessão e execução do traslado a que se refere o § 3º do *caput* serão regulamentados por meio de ato do Ministro de Estado das Relações Exteriores.” (NR)

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente ao Ministério das Relações Exteriores, no âmbito do programa de assistência consular a brasileiros no exterior.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário da Comissão, em 02 de julho de 2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Deputado **Filipe Barros**
Presidente

Apresentação: 04/07/2025 18:52:55.367 - CREDN
SBT-A 1 CREDN => PL 3338/2015

SBT-A n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253690027000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Filipe Barros

